



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Ref.: PA – Acompanhamento de Políticas Públicas – MPMG P.A. 0470.20.000273-6

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 08/2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, pela Promotora de Justiça que esta subscreve, vem, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, em especial aquelas constantes do art. 129, II, da Constituição Federal; do art. 27, IV, da Lei Federal nº 8625/93; art. 67, VI, da Lei Complementar Estadual nº 34/94, apresentar as considerações que se seguem para, ao final, expedir recomendação.

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a ‘defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis’ (CF, art. 127, *caput*);

CONSIDERANDO que entre as funções institucionais do Ministério Público está ‘zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.’ (CF, art. 129, inciso II);

CONSIDERANDO a saúde como direito fundamental social assegurado pela Constituição Federal, expressando prioridade a demais direitos subjetivos (CF, art. 6º), inclusive com indicação normativa de relevância pública quanto às ações e serviços (CF, art. 197);

CONSIDERANDO o direito à livre manifestação de pensamento não pode colocar em risco demais direitos, conforme entendimento pacificado das Cortes Superiores: “Os direitos à informação e à livre manifestação do pensamento não possuem caráter absoluto, encontrando limites em outros direitos e garantias constitucionais que visam à concretização da dignidade da pessoa humana” (REsp 1.567.988/PR);



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, para garantia e efetividade dos direitos do cidadão e respeito pelos Poderes Públicos e entidades da iniciativa privada, notificar os responsáveis para que adotem providências necessárias ao escopo de prevenir e fazer cessar práticas abusivas, egoístas, díspares à solidariedade, inclusive com eventual responsabilização penal, civil e administrativa em caso de não observância e cumprimento;

CONSIDERANDO que as orientações expendidas pela Organização Mundial de Saúde quanto ao COVID-19, entre as quais estão destacadas a declaração de pandemia e medidas essenciais relativas à prevenção;

CONSIDERANDO que a alta escalabilidade viral do COVID-19, exigente de infraestrutura hospitalar (pública e privada) adequada, com leitos suficientes e composta com aparelhos respiradores em quantidade superior à população em eventual contágio, o que está fora da realidade de qualquer centro médico deste Estado;

CONSIDERANDO que a diretriz nº 17 do COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 que no art. 2º veda expressamente “a realização de eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões e cursos presenciais, com mais de trinta pessoas;

Este órgão do Ministério Público **RECOMENDA** à **Polícia Militar** que:

- i) Adote todas providências necessárias para evitar que carreatas e eventos com aglomeração de pessoas sejam realizados e concretizados, evitando-se com isso propagação de maiores níveis de infecção nesta cidade;
- ii) Em havendo publicidade deste tipo de evento, proceda à identificação de cada responsável, a fim de que a Polícia Judiciária e o Ministério Público possam encetar o manejo de ação penal pública, especialmente considerando os tipos previstos nos arts. 267 e 268 do Código Penal;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

- iii) Apreenda todos os veículos utilizados neste tipo de evento, colocando-os à disposição do serviço público para combate ao COVID-19, inclusive com a possibilidade de perdimento em favor do Estado de Minas Gerais;
- iv) Em relatório circunstanciado apure inicialmente os danos causados ao patrimônio público e à sociedade, a fim de que os envolvidos respondam coletivamente com os próprios bens em ação civil pública, inclusive pelo evidente cumprimento aos deveres de solidariedade;
- v) Solicite, se for o caso, apoio de demais forças de segurança.

A presente recomendação dá ciência ao destinatário quanto às providências legais elencadas e poderá implicar na adoção de todas as providências administrativas e judiciais cabíveis.

Ademais, nos termos do inciso IV do artigo 27 da Lei Federal n. 8.625/93, o órgão subscritor REQUISITA, no prazo de 10 (dez) dias, a divulgação desta Recomendação no meio de publicação destinado à divulgação dos atos oficiais do Município de Paracatu.

Paracatu, 27 de março de 2020.

Assinatura manuscrita em tinta azul, legível como "M. Constância Martins da Costa Alvim".

Maria Constância Martins da Costa Alvim

Promotora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

REF: PA- Acompanhamento de Políticas Públicas - MPMG – 0470. 20.000273-6

Determino:

- 1) Enviar imediatamente a **RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 08 /2020 ao Comandante da Polícia Militar em Paracatu, ao Município e Secretarias Municipais;**
- 2) Comunique-se às demais Promotorias de Justiça de Paracatu, ao Comando da Polícia Militar- Paracatu, à Polícia Civil – Paracatu, Comando Corpo de Bombeiros - Paracatu;
- 3) Comunique-se ao juiz diretor do foro e ao juiz responsável pela Vara da Infância, OAB-Paracatu, Câmara Municipal de Paracatu;
- 4) Comunicar aos meios de comunicação existentes, como emissoras de rádios, redações de jornais e similares, para fins de divulgação;
- 5) Fica autorizada toda comunicação e notificação por e-mail;
- 6) Considerando a urgência, nesses ofícios e comunicações fica dispensada a minha assinatura.

Prazo: Imediatamente.

Paracatu, 27 de março de 2020.

Maria Constância Martins da Costa Alvim
Promotora de Justiça